OBJETO DA APOSTILA: ALTERAR PLANO DE TRABALHO.

PRAZO ORIGINAL: 14 MESES.

PRAZO TOTAL: 14 MESES.

VALOR ORIGINAL DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 299.320,00.

VALOR DA PARCERIA COM ESTA APOSTILA: R\$ 299.320,00.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 50.10.33.50.39.08.243.0005.2066.03 - CUSTEIO

- 50.10.44.50.39.08.243.0005.2066.03 - INVESTIMENTOS

- 50.10.33.50.39.08.243.0005.2066.93 - CUSTEIO

- 50.10.44.50.39.08.243.0005.2066.93 - INVESTIMENTOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº: 78486/2024

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR SECRETÁRIO DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO MAURO LEANDRO RAYMUNDO DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, RG Nº 19.323.075 E CPF Nº 183.946.648-06, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA BIBLIOTECA, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(A) SR(A) MARCELA DINIZ, DIVORCIADA, RG Nº 34.332.289-4 E CPF Nº 216.380.748-79, VÊM ADITAR O TERMO DE FOMENTO Nº 35/2024, NOS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAR OS CRONOGRAMAS DE TRABALHO E DE DESEMBOLSO INICIALMENTE PREVISTOS NO PLANO DE TRABALHO ORIGINÁRIO, PARA OS NOVOS CRONOGRAMAS CONSTANTES DO PLANO DE TRABALHO DE FLS. 721/755 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78486/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - - AS PARTES RATIFICAM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES ORIGINAIS NÃO ESPECIFICAMENTE ALTERADAS PELO PRESENTE INSTRUMENTO.

ASSIM CONCORDES FIRMAM O PRESENTE AOS 28 DE MARÇO DE 2025.

MAURO LEANDRO RAYMUNDO DA SILVA

SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E A ENTIDADE SORRI - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO PADARIA INCLUSIVA - ACESSIBILIDADE AO MUNDO DO TRABALHO

ENTE PÚBLICO: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SORRI - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

OBJETO DA APOSTILA: UTILIZAÇÃO DE SALDO REMANESCENTE.

PRAZO ORIGINAL: 18 MESES.

PRAZO TOTAL: 18 MESES.

VALOR ORIGINAL DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 273.414,14.

VALOR DA PARCERIA COM ESTA APOSTILA: R\$ 273.414,14.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 50.10.33.50.39.08.243.0005.2066.03 - CUSTEIO

- 50.10.44.50.39.08.243.0005.2066.03 - INVESTIMENTOS

- 50.10.33.50.39.08.243.0005.2066.93 - CUSTEIO

- 50.10.44.50.39.08.243.0005.2066.93 - INVESTIMENTOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº: 141151/2023.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR SECRETÁRIO DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO MAURO LEANDRO RAYMUNDO DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, RG Nº 19.323.075 E CPF Nº 183.946.648-06, E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SORRI - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(A) SR(A) HENRIQUE RAMOS MARCONDES CESAR, BRASILEIRO, CASADO, RG Nº 47.843.498-4 E CPF 396.597.018-15, VÊM ADITAR O TERMO DE FOMENTO Nº 08/2024, NOS SEGUINTE TERMOS:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A AUTORIZAÇÃO DO USO DE SALDO REMANESCENTE DA PARCERIA, CONFORME PLANO DE TRABALHO DE FLS. 482 A 508 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141151/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA. AS PARTES RATIFICAM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES ORIGINAIS NÃO ESPECIFICAMENTE ALTERADAS PELO PRESENTE INSTRUMENTO.

ASSIM CONCORDES FIRMAM O PRESENTE AOS 31 DE MARÇO DE 2025.

MAURO LEANDRO RAYMUNDO DA SILVA

SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO

Portarias

Secretaria de Apoio Jurídico

PORTARIA Nº 05/GP-DFAT/2025

DE 28 DE MARÇO DE 2025.

Indica o novo membro e ratifica a recondução de quatro membros da Comissão Permanente de Controle Interno, para o mandato de 2024/2025.

O PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 93, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990 e através do Decreto nº 17.575, de 15 de setembro de 2017, que dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Direta do Município de São José dos Campos e alterações do Decreto nº 17.641/2017 e Decreto nº 18.747/2021, RESOLVE:

Art. 1º Indicar o membro da Comissão Permanente de Controle Interno, nos termos do artigo 4º, §1º, conforme segue:

I - Derik Luiz Fernandes da Silva.

Art. 2º Fica ratificada a recondução dos servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Controle Interno:

I - Gabriela Abramides;

II - Márcio José Catalani;

III - Letícia Diniz Dominguez Lima;

IV - Angelica Gorla.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São José dos Campos, 28 de março de 2025.

Anderson Farias Ferreira

Prefeito

Registrada na Divisão de Formalização e Atos do Departamento de Assuntos Legislativos da Secretaria de Assuntos Jurídicos, aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade

PORTARIA N. 03/SEURBS/SG/2025

O SECRETÁRIO DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n. 19.855, de 14 de janeiro de 2025 e atendimento ao Art. 19 do Edital n. 02/SEURBS/SG/2025, publicado no Diário do Município n. 3.416, em 18 de fevereiro de 2025, RESOLVE publicar as propostas aprovadas nos eixos temáticos (Anexo I) e a relação de Delegados credenciados (Anexo II), ambos aprovados e homologados na 7ª Conferência Municipal da Cidade de São José dos Campos - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da 7ª Conferência Estadual das Cidades de São Paulo e por sua Comissão Organizadora Municipal.

Caberá recurso em face da relação dos delegados presentes no Anexo II no prazo de até 3 (três) dias úteis contados de sua publicação, nos termos do Art. 19 do Edital n. 02/SEURBS/SG/2025, publicado no Diário do Município n. 3.416, em 18 de fevereiro de 2025, devendo ser encaminhado ao seguinte endereço eletrônico: seurbs@sjc.sp.gov.br.

Prefeitura de São José dos Campos, 31 de março de 2025.

Marcelo Pereira Manara

Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade

Coordenador da 7ª Conferência Municipal da Cidade

ANEXO I

PROPOSTAS APROVADAS NOS EIXOS TEMÁTICOS

EIXO TEMÁTICO URBANISMO E HABITAÇÃO

- Maiores investimentos em moradia popular;
- Aumento do financiamento do governo estadual e governo federal para investimentos na área de infraestrutura e urbanização dos Núcleos Urbanos Informais;
- Legislação especial para loteamentos de chácaras;
- Todo desenvolvimento e empreendimento habitacional contemple um centro comercial próximo;
- Linha de financiamento para aquisição de moradias voltadas aos trabalhadores.

EIXO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- Transporte público de qualidade focado no conforto do passageiro;
- Integração tarifária (bilhetagem) do transporte público urbano e intermunicipal das regiões metropolitanas;
- Transporte público e infraestrutura mais inclusivos, que atendam às necessidades das pessoas com deficiência, de todos os tipos;
- Implementar sistemas que integrem diversos modais de transporte;
- Carteira de mobilidade digital multimodal.

EIXO TEMÁTICO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- Fortalecer a gestão de resíduos com reciclagem, compostagem, coleta seletiva, logística reversa e infraestrutura verde, enquanto amplia o saneamento básico, a captação e reuso de águas em bairros irregulares e a fiscalização do descarte de esgoto;
- Obrigatoriedade da implementação de inventário ambiental com o zoneamento ecológico econômico visando promover a redução das temperaturas urbanas com o plantio de árvores, telhados brancos, faixas permeáveis e a criação de cinturões sustentáveis, além de proteger biomas urbanos e áreas sensíveis como zonas de aquíferos. Ainda promover, através de políticas públicas, a construção de um inventário de mudanças climáticas de forma regional;
- Garantir a participação de comunidades vulneráveis nas decisões sobre mudanças climáticas e meio ambiente, por meio de conferências, audiências e plebiscitos públicos e conselhos municipais inclusivos, com a deliberação democrática em processos decisórios;
- Criar incentivos fiscais como IPTU verde e apoiar a economia verde com investimentos em infraestrutura sustentável, educação ambiental e parcerias com a sociedade civil para promover a economia circular e a gestão de resíduos;
- Obrigatoriedade da aplicação e cumprimento de metas de arborização urbana, com foco em uma árvore por habitação, além de incentivar práticas sustentáveis e melhorar a infraestrutura de drenagem, com ruas permeáveis e jardins de chuva, para mitigar os impactos das mudanças climáticas nas cidades.

EIXO TEMÁTICO CIDADES INTELIGENTES

- Preparar as cidades, por meio de regiões metropolitanas, dentro dos conceitos de cidades inteligentes, pois as cidades se intercomunicam e não é possível caminhar sozinhas;
- Criar mecanismos que garantam acesso da população à tecnologia, sendo por meio da educação digital e acesso a internet, garantindo equidade a todas as classes sociais;
- Estabelecer como política pública a realização do diagnóstico contínuo de cidades inteligentes, de forma participativa e que possa subsidiar a elaboração de planos de implementação;
- Criar mecanismos para que municípios se apropriem de forma progressiva e permanente do potencial de big data, IA e outras tecnologias, podendo coletar e tratar dados, informações e gerar análises integradas para a gestão e planejamento das cidades e territórios. Tal iniciativa pode envolver a criação de esferas de governança de dados nos diversos níveis administrativos (municipal, estadual e nacional);
- Criar e aprimorar a integração dos metadados em função da implantação de um aplicativo unificado, centralizando a base de dados e serviços públicos, facilitando o acesso da população a todos os serviços públicos oferecidos.

EIXO TEMÁTICO GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Recomendar que os conselhos consultivos sejam deliberativos com criação de um código de ética para atuação dos conselhos e criar mecanismos de monitoramento e acompanhamento participativo das decisões das conferências e conselhos;
- Aumentar os investimentos nos processos de chamamento e mobilização social realizando reuniões por área de atuação, integradas a rede, em todas as regiões da cidade;
- Manter atualizadas as legislações urbanísticas, promovendo planejamento, execução e monitoramento utilizando as inovações tecnológicas disponíveis e usar da tecnologia para fomentar a participação da sociedade, garantindo a acessibilidade e informação dos dados;
- Recomendar que o orçamento participativo seja adotado;
- Maior investimento em processos de formação e capacitação dos cidadãos, prioritariamente os jovens, propondo a criação de um programa de educação para cidadania urbana e rural.

ANEXO II**RELAÇÃO DOS DELEGADOS****I - Gestores, administradores públicos e legislativos municipais:**

	Delegados Titulares	Delegados Suplentes
1	Alexandre Beig	José Carlos Rodrigues de Moura Junior
2	Sergio Tarzia	Marco Zanfra
3	Jonas Rodrigues Motta	André Luis Cardoso
4	Jacy Mary Machado Morgira Ishizuka	Andrea Cavalcante da Mota Morciani
5	Alessandra Aparecida Santos Araújo	Ana Beatriz Bontorim de Souza
6	Antônio Carlos Nicola Abdallah da Silva	Maria das Graças de Oliveira
7	Ruth Maria Granado	Thaís Maria Simões De Camargo
8	Antônio Carlos Carrillo	Aline Auxiliadora Arantes de Oliveira
9	Gabriela Lachini	Glauucia Regina de Oliveira
10	Carlos Eduardo Pontes	Reginaldo de Oliveira
11	Flávia Pereira	Camila Mara de Albuquerque
12	Douglas de Souza Soares	Raphaela Letícia da Silva Santos
13	Enrico A. Marson	Jonas Paulo Santos da Silva
14	Emerson Fernandes dos Santos	Conrado Indiani
15	Georges Salim Assad	Alberto Expedito Paiotti
16	Fabício Pereira de Mello Filho	Francilene Silvério
17	Marcelo Nagaoka	Marília Palma de Andrade
18	Laís Lacerda da Silva	Paschoal Dias Neto
19	Eliete Ribeiro Guimarães	
20	Alexandra Aparecida de Morais	
21	Irineu Braga	
22	Janaína Miranda de Souza	
23	Kelly Cristina Duarte	
24	Edgar Oliveira	

II - Movimentos populares:

	Delegados Titulares	Delegados Suplentes
1	Angela Aparecida da Silva	Maria Helena S. Castro
2	Antonio Lucia Pereira	João Bosco dos Santos
3	Francisco Pereira Galvão	Fernanda de Paula Schmit
4	Gabriel Alves da Silva Junior	
5	Tânia Maria de Mattos Bezerra	
6	Marisa de Paula	
7	Claudia Vanessa Oliveira Santos Lopes	
8	Luiz Fernando Carvalho Lima	
9	Maria Izelia da Conceição	
10	Neide Teruko Tatemoto	
11	Erick Tiago Rosa	
12	Angelina Moreira da Costa	
13	Lúcia Maria de Souza Felix	
14	Francisco José Souza	
15	Sandra Sobrinho	
16	Mauro Aparecido Rosa	

III - Trabalhadores, por suas entidades sindicais:

	Delegados Titulares	Delegados Suplentes
1	Renato de Menezes Quintino	
2	Luís Fabiano Costa	
3	Osmar Antonio Ferreira	

IV - Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

	Delegados Titulares	Delegados Suplentes
1	Mauro Giuseppe Leone Marenzoni	
2	Maria Rita de Cássia Singulano	
3	Fabiana Vieira Dias Alves	
4	Angela Paiva	

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais:

	Delegados Titulares	Delegados Suplentes
1	Maria Clara Moreira da Silva	Fernando Oliveira e Silva
2	Alcino Vilela Ramos Junior	Daniel Barbosa Ribeiro da Costa
3	Walter Brant Zaroni de Paiva	
4	Aldria Aparecida Ferreira Castro	
5	Luciana Vanni Gatti	

VI - Organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano:

	Delegados Titulares	Delegados Suplentes
1	Leonardo Magno Pereira	Valdecir Assis
2	Luiz Antonio Tararan	Henrique Ramos Marcondes Cesar

Secretaria de Proteção ao Cidadão

Portaria Nº 08/SEPAC/2025

A Secretaria de Proteção ao Cidadão e a Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças tornam público a escala de sobreaviso do Centro de Segurança e Inteligência (CSI) do mês de março de 2025, em atendimento ao Decreto Municipal nº 9.148/96, na seguinte Tendo em vista o disposto no Decreto nº 9148 de 13 de novembro de 1996, publicado em 29/11/1996, no que compete à SEPAC, relacionamos abaixo o funcionário que estará em regime de sobreaviso, bem como seus respectivos períodos:

Nome: Antônio Pereira da Silva / Matrícula: 63885-3 96/CSI/23

Cargo: GCM 1ª Classe

Período de Sobreaviso: 01/04/2025 a 15/04/2025

Horário: Início às: 00h01min do dia 01/04/2025

Término: às 23h59 do dia 15/04/2025

Nome: Jefferson Donizetti de Lima / Matrícula: 29476-3

Cargo: GCM Classe Distinta

Período de Sobreaviso: 16/04/2025 a 30/04/2025

Horário: Início às: 00h01min do dia 16/04/2025

Término: às 23h59 do dia 30/04/2025

Justificativa:

Atendimento técnico emergencial remoto ou presencial relacionado aos alarmes, sistema de câmeras de videomonitoramento do município de São José dos Campos e nas dependências do CSI, conforme competência da SEPAC.

Registre-se e Publique-se,

Prefeitura de São José dos Campos, 31 de março de 2025.

Rafael Gustavo Batista da Silva

Secretário de Proteção ao Cidadão

José Nabuco Sobrinho

Secretário de Gestão Administrativa e Finanças

Educação

Secretaria de Educação e Cidadania

Chamamento Público homologado pela Secretária de Educação e Cidadania, Sra. Ruth Fernandes Zorneta: EDITAL DE CHAMAMENTO nº. 02/SEC/2025 - Atividades Complementares para Educação Integral - Tecnologia, visando a seleção de Propostas de ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, com no mínimo 01 (um) ano de CADASTRO ATIVO com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, experiência prévia na realização do objeto da parceria, capacidade técnica e operacional, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, bem como legislação municipal, para a celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO para o desenvolvimento de atividades complementares de tecnologia em contraturno escolar para desenvolvimento integral dos alunos do ensino fundamental da rede de ensino municipal de São José dos Campos, visando atender a demanda do Município e definindo as diretrizes, objetivos, estratégias metodológicas e resultados esperados no Município de São José dos Campos.. Homologado em: 28/03/2025.

PORTARIA Nº 025/SEC/25

Dispõe e regulamenta o Programa de Educação Científica na Rede de Ensino Municipal de São José Dos Campos

A Secretária de Educação e Cidadania, de São José dos Campos, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- O art. 205 da Constituição Federal de 1988 e o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), que garante a educação como direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- A Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que inclui nos incisos: IV melhoria da qualidade da educação e VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- A Lei nº 9.298/2015 e sua alteração por meio da Lei nº 10.472/2022, que aprova o Plano Municipal de Educação que na meta 7 discorre sobre a qualidade da educação e prevê nas estratégias 7.8,7.9, 7.12 e 7.13, ações que orbitam em torno da educação científica;
- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, que define as competências e as aprendizagens essenciais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- O Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, que tem por foco a superação das defasagens e desigualdades educativas por meio da estratégia de recomposição das aprendizagens;
- O Currículo Paulista, que adapta as Diretrizes Curriculares Nacionais às especificidades do Estado de São Paulo e o Currículo da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos, que subscreve as mesmas diretrizes considerando o contexto local;
- O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 4 - Educação de Qualidade, que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e a necessidade de:
 - Promover o exercício da cidadania, fundamentado nos aportes teóricos e processuais da ciência;
 - Ampliar a interação da comunidade escolar com a cultura científica e suas diferentes formas de compreender o mundo;
 - Estimular o pensamento científico, crítico e criativo em todas as áreas do saber;
 - Democratizar o acesso à cultura científica, envolvendo estudantes, educadores e demais membros da comunidade escolar;